

Tales Faria

Em risco de “confusão cognitiva”, Bolsonaro pode manipular arma?

Provocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) enviou a seguinte explicação sobre o fato de a polícia ter encontrado uma arma sua no carro de um militar do Gabinete de Segurança Institucional (GSI):

“As medicações psiquiátricas que vinham sendo ministradas ao peticionário [Jair Bolsonaro], capazes de afetar sua cognição — e que, inclusive, foram determinantes no episódio do rompimento da tornozelira eletrônica —, levaram sua equipe de segurança, sem seu conhecimento prévio, a retirar o percussor da arma, tornando-a inoperante.”

É uma explicação no mínimo estranha. Se Bolsonaro está sob efeito de medicações psiquiátricas “capazes de afetar sua cognição”. Ele não devia estar mexendo numa arma de fogo. Os próprios advogados dão a entender que foi por estar sob efeito de medicamentos assim que ele resolveu adulterar a tornozelira eletrônica com um ferro de solda.

Então fizeram bem os seguranças em retirar a tal peça da arma. Para quem não sabe, um percussor (também chamado de percutor ou agulha) é uma peça mecânica essencial abrigada pelo ferrolho móvel na parte superior da pistola Glock 9mm, que é puxado para causar a detonação.

Segundo a defesa, o ex-presidente não sabia da retirada da peça e, por isso, o sargento do Exército Estácio Leite da Silva Filho, que atua na sua segurança pessoal (ex-chefes de stado têm direito a quatro seguranças pessoais), estava levando a pistola para o conserto quando foi detido numa blitz.

Bolsonaro, ainda segundo a defesa, notou que a arma não funcionava “pelo simples acionamento do ferrolho e sem qualquer necessidade de disparo”.

Aqui vale perguntar novamente: por que Bolsonaro acionou o ferrolho? Um argumento usado pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro para convencer Alexandre de Moraes a permitir a prisão domiciliar foi o de que, em casa, ele teria sempre alguém a vigiá-lo.

Digamos que os tais medicamentos tivessem causando algum distúrbio — como, segundo os advogados, pode ter ocorrido no caso da tornozelira —, então era o caso de ter alguém ao lado do ex-presidente, vigiando-o.

Mas digamos que os medicamentos não causaram qualquer distúrbio. Vale, então, perguntar novamente: por que ele puxou o ferrolho?

Os advogados argumentaram ao STF que a manipulação da arma não teve “qualquer relação com a proximidade do término do período de prisão domiciliar humanitária”.

Aí eles tentam responder a uma pergunta explicitada por Alexandre de Moraes: há relação entre o conserto da arma e a proximidade do fim do período de prisão domiciliar, nesta quinta-feira, 25? É uma pergunta interessante, essa deixada no ar pelo relator do processo que condenou Bolsonaro: o que ele queria fazer com a pistola?

Tudo indica que ficaremos sem resposta. Mas há uma pergunta que Moraes terá que, ele próprio, responder: pode Bolsonaro manipular armas estando sob risco de “confusão cognitiva”?

Fernando Molica

Dona Marta e o fim das UPPs

No início de dezembro de 2008, em um almoço de trabalho no Palácio Laranjeiras, Sérgio Cabral, governador do Rio, fez uma declaração bombástica: “Acabou o tráfico no Dona Marta”. Dita para os dois jornalistas convidados — eu e o diretor de redação de O DIA, Alexandre Freeland —, a frase virou destaque na coluna que eu produzia e manchete do jornal.

O anúncio de Cabral antecipava o que viria ser batizado de UPP, Unidade de Polícia Pacificadora. Uma iniciativa baseada no óbvio: favelas deixariam de ser alvo de operações eventuais, responsáveis por muitas baixas e poucos resultados, e, como as demais áreas da cidade, teriam policiamento permanente.

Cabral explicou que a experiência fora iniciada no morro de Botafogo pelas configurações específicas da comunidade — pequena para os padrões cariocas, cerca de cinco mil habitantes — e com apenas duas entradas, uma por baixo e outra pelo alto. Obstáculos naturais e muros impediam sua expansão para as laterais.

O fato de ficar na Zona Sul era outro atrativo para a implantação da nova proposta de policiamento. Área mais rica da cidade e que concentra o fluxo de turistas, serviria de boa vitrine para a novidade — em 1996, Michel Jackson gravara um clipe na favela, que, lá de cima, oferece vista deslumbrante da Baía de Guanabara.

Havia outro componente simbólico. Foi lá que, em 1987, estourara a primeira guerra entre quadri-lhas rivais de traficantes ocorrida fora de bairros mais pobres. O confronto entre Zaca e Cabeludo ocupou o noticiário por vários dias, inaugurou um

tipo de cobertura jornalística específica, que incluiu entrevistas com os protagonistas da guerra.

A repercussão da novidade foi tão boa que o governo inventou uma sigla (UPP) e transformou o improvisado em programa. Os tiroteios acabaram, a criminalidade diminuiu. A lógica do extermínio daria lugar à do patrulhamento permanente; as UPPs não se propunham a acabar com o tráfico de drogas — objetivo ilusório, na favela ou no asfalto —, buscavam interromper a lógica do domínio territorial que leva à compra, porte e uso de armas pesadas, estimula a guerra, provoca mortes e incentiva a corrupção de agentes do Estado.

O maior problema do projeto de polícia de proximidade foi, talvez, o fato de ter dado certo em muito pouco tempo. A inauguração em série de UPPs virou ativo político e eleitoral, a ausência de um planejamento mais consistente permitiu que traficantes migrassem para comunidades não beneficiadas pelo programa, também houve falta de investimentos sociais. Além disso, a pacificação de favelas contrariou interesses dos que, fora do morro, lucram com a violência.

Tantos anos depois, as UPPs viraram uma sigla esmaecida, o estado voltou a fazer operações improdutivas, que matam, promovem o caos e procuram colar em policiais e governantes o ilusório carimbo de lutadores implacáveis contra o crime. A mobilização de ontem visava cumprir 44 mandados de prisão: seis suspeitos foram presos, houve pânico, aulas foram suspensas e um trabalhador que estava num ônibus tomou um tiro na perna. Hoje, o comércio de drogas deverá funcionar normalmente no morro.

EDITORIAL

O Brasil diante da nova disputa global

O mundo entrou em uma fase de competição intensa por capital. Em meio à reorganização das cadeias produtivas, à transição energética e à busca por maior segurança econômica, países desenvolvidos e emergentes disputam, de forma cada vez mais agressiva, investimentos em indústria, tecnologia e infraestrutura. Nesse cenário, o Brasil precisa decidir se será protagonista ou apenas espectador.

A oportunidade existe e é concreta. O país dispõe de matriz energética relativamente limpa, mercado interno robusto, abundância de recursos naturais e posição geográfica estratégica. Somma-se a isso o movimento global de “nearshoring”, no qual empresas buscam aproximar a produção dos mercados consumidores, reduzindo dependência de cadeias longas e vulneráveis.

No entanto, potencial não se converte automaticamente em investimento. O Brasil ainda enfrenta entraves conhecidos: burocracia excessiva, insegurança jurídica, carga tributária complexa e infraestrutura deficiente. Esses fatores reduzem a competitividade e elevam o chamado “custo Brasil”, frequentemente decisivo na escolha de onde aplicar capital.

A disputa internacional também ganhou novos contornos. Estados Unidos, União Europeia

e países da Ásia vêm adotando políticas industriais ativas, com incentivos fiscais, subsídios e estratégias agressivas para atrair empresas estratégicas, especialmente nos setores de energia limpa, semicondutores e tecnologia. O Brasil, nesse tabuleiro, ainda atua de forma mais reativa do que planejada.

Outro ponto central é a previsibilidade. Investidores não buscam apenas oportunidades, mas estabilidade regulatória e horizonte claro de médio e longo prazo. Mudanças frequentes em regras fiscais e tributárias, além de incertezas políticas, afetam diretamente a confiança e afastam projetos de maior escala.

Há, porém, sinais de avanço. A transição energética coloca o Brasil em posição privilegiada, com potencial para liderar em biocombustíveis, energia solar, eólica e hidrogênio verde. A reforma tributária, se bem implementada, pode simplificar o ambiente de negócios e reduzir distorções históricas. Mas esses movimentos ainda precisam sair do papel.

O momento exige mais do que declarações de intenção. Mais coordenação entre governo federal, estados e setor privado, além de uma estratégia de inserção global. A briga por investimentos não será vencida por quem apenas oferece vantagens pontuais.

Opinião do leitor

Saúde precária

A saúde pública é um dos pilares fundamentais para o bem-estar da população, mas ainda enfrenta desafios importantes em diversas regiões. Problemas como demora no atendimento, falta de profissionais, estrutura insuficiente e dificuldade de acesso a exames e tratamentos acabam gerando insatisfação entre os usuários

Alter Abrahão
Divinópolis - MG

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadrá 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.